

A **Prece – Previdência Complementar** ("Prece Previdência"), em compromisso com a observância da legislação aplicável sobre proteção de dados, em especial, a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, disponibiliza sua **Política de Privacidade** contendo informações sobre o Tratamento dos Dados Pessoais que viabilizam suas operações como Entidade Fechada de Previdência Complementar.

Diretrizes

Esta Política de Privacidade ("Política") demonstra o compromisso da Prece Previdência em:

- Estar em conformidade com a legislação de proteção de Dados Pessoais e seguir as melhores práticas;
- Zelar pela privacidade e proteção dos Dados Pessoais;
- Adotar diretrizes que assegurem o cumprimento, de forma abrangente, de normas e boas práticas relativas à privacidade e proteção de Dados Pessoais; e
- Promover a transparência sobre a forma pela qual é realizado o Tratamento dos Dados Pessoais de seus participantes, assistidos, beneficiários, colaboradores e membros dos Conselhos e Diretoria.

Abrangência

Esta Política aplica-se a todos os Titulares de Dados Pessoais que estabeleçam relação com a Prece Previdência, na condição de participantes, assistidos, beneficiários, colaboradores, membros dos Conselhos e Diretoria, representantes dos prestadores de serviços e/ou Usuários do Portal e Aplicativo Prece.

<u>Definições</u>

- Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ou LGPD: Lei nº 13.709/2018 criada com o objetivo de assegurar o direito à privacidade e à proteção de Dados Pessoais, por meio de práticas transparentes e seguras, garantindo direitos fundamentais.
- **Tratamento:** toda operação realizada com Dados Pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
- Dados Pessoais: todas as informações relacionadas a pessoa natural identificada ou identificável. Neste sentido, considera-se Dados Pessoais informações como: nome, endereço, números únicos identificáveis (CPF, RG, CNH), número de telefone, endereços de e-mail, etc.
- Dados Pessoais Sensíveis: Dado Pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.



- **Titular**: toda pessoa natural a quem se referem os Dados Pessoais que são objeto de Tratamento.
- **Controlador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao Tratamento de Dados Pessoais. No caso, o termo refere-se à Prece Previdência.
- **Operador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o Tratamento de Dados Pessoais em nome do Controlador.
- Encarregado de Proteção de Dados Pessoais DPO: pessoa indicada pela Prece Previdência para atuar como canal de comunicação entre o Controlador, os Titulares de Dados Pessoais e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.
- **Hipóteses Legais:** são as hipóteses que autorizam a Prece Previdência a tratar Dados Pessoais. Todo e qualquer Tratamento de Dados Pessoais é considerado válido se tiver fundamento em uma base legal.
- Incidente de Segurança: trata-se de qualquer violação suspeita ou real de segurança que ocasione tanto a destruição total, quanto a parcial dos Dados Pessoais, além de perda ou alteração em sua composição. Inclui a divulgação de Dados Pessoais transmitidos ou não autorizados, bem como o seu armazenamento, transformação ou o acesso de qualquer modo.
- Autoridade Nacional de Proteção de Dados ou ANPD: órgão integrante da Presidência da República, dotada de autonomia técnica e decisória, tem como objetivo zelar pela proteção de dados, fiscalizar e aplicar sanções na hipótese de Tratamento de Dados Pessoais realizado em descumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- **Portal Prece:** compreende o sítios e serviços disponíveis na Internet mantidos pela Prece Previdência.
- Aplicativo Prece: compreende os aplicativos para aparelhos móveis mantidos pela Prece Previdência e disponível nas lojas virtuais.
- **Área do Participante:** plataforma de acesso às informações sobre previdência complementar da Prece Previdência, destinada aos participantes, assistidos e administradores, cujo acesso é restrito.
- **Usuários:** qualquer pessoa que navega pelo Portal e Aplicativo Prece, maiores de dezoito anos ou emancipadas e totalmente capazes de praticar os atos da vida civil ou os relativamente incapazes, devidamente representados ou assistidos e qualquer pessoa que acessa a área restrita da Prece Previdência, mediante cadastro e login com senha única e pessoal.

1. Princípios no Tratamento dos Dados Pessoais

A Prece Previdência, na condição de Controladora e Operadora, somente utilizará os Dados Pessoais, fornecidos de forma consciente e voluntária, obedecendo os seguintes princípios estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais:



- **Finalidade**: realização do Tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao Titular;
- Adequação: compatibilidade do Tratamento com as finalidades informadas ao Titular;
- **Necessidade**: limitação do Tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do Tratamento de dados;
- Livre acesso: garantia, aos Titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do Tratamento, bem como sobre a integralidade de seus Dados Pessoais, na forma e prazos estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
- **Qualidade dos dados**: garantia, aos Titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu Tratamento;
- Transparência: garantia, aos Titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do Tratamento;
- **Segurança**: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os Dados Pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- **Prevenção**: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do Tratamento de Dados Pessoais;
- **Não discriminação**: impossibilidade de realização do Tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos; e
- Responsabilização e prestação de contas: demonstração da Prece Previdência da adoção de medidas técnicas, operacionais e contratuais eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de Dados Pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

2. <u>Dados Pessoais e Hipótese Legal do Tratamento de Dados Pessoais</u>

Participantes, Assistidos e Beneficiários

O Tratamento dos Dados Pessoais dos participantes, assistidos e beneficiários da Prece Previdência se fará única e exclusivamente com as informações que se fizerem estritamente necessárias, tais como:

 Dados Pessoais dos participantes (tais como, nome, endereço - logradouro, número, complemento, bairro, município, UF e CEP -, CPF, RG – órgão emissor, data de emissão, UF emissão -, CNH, endereço, número de telefone – fixo e celular -, endereço de e-mail,



profissão, estado civil, data de nascimento, filiação, sexo, situação profissional, histórico funcional, informações salariais e de benefícios e dados bancários, naturalidade, nacionalidade, data de admissão, grau de instrução, plano de benefício, patrocinadora vinculada, número de matrícula, número PIS/PASEP, nº carteira profissional/série/UF carteira profissional, nº título de eleitor/zona eleitoral/seção eleitoral, regime - celetista ou estatutário –, e data de adesão e data de óbito, quando aplicável);

- Dados Pessoais dos assistidos (além dos Dados Pessoais dispostos acima, comprovante da rescisão do contrato de trabalho, carteira de trabalho e dados cadastrais relacionados, carta de concessão do INSS e os dados nelas constantes, declaração de encargos de família para fins do imposto de renda); e
- Dados Pessoais dos beneficiários (tais como nome, CPF, grau de parentesco/tipo de vínculo, data de nascimento, sexo, filiação, tipo de dependência, imposto de renda/pensão, pensão e número de telefone fixo e celular).

Os Dados Pessoais serão obtidos diretamente com o Titular, empresa patrocinadora, agências governamentais, empresas públicas e site do tribunal de justiça.

Tendo em vista sua natureza jurídica, as Hipóteses Legais que autorizam a Prece Previdência a realizar o Tratamento de Dados Pessoais de seus dos participantes, assistidos e beneficiários são as seguintes:

- Execução do contrato celebrado entre as partes e seus procedimentos preliminares com o devido cumprimento do regulamento dos planos de benefícios. Os Dados Pessoais tratados para o cumprimento da finalidade institucional de administrar os planos de benefícios previdenciários são necessários para viabilizar, por exemplo:
 - Adesão a planos de benefícios da Prece Previdência e sua gestão;
 - o Inclusão de beneficiários nos planos de previdência contratados;
 - Contato telefônico, postal ou eletrônico para comunicação, quando estritamente necessário para execução do contrato;
 - Análise de elegibilidade para benefícios, institutos e direitos previstos nos regulamentos dos planos da Prece Previdência;
 - o Pagamento de benefícios previdenciários, portabilidade ou resgate;
 - Contratação de apólices de seguro, repasse de prêmios e pagamento das indenizações, quando aplicável;
 - Verificação dos Dados Pessoais para fins de segurança; e
 - Outras atividades contratadas junto à Prece Previdência.
- Cumprimento de obrigações legais ou regulatória, tendo em vista as informações as quais as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (incluindo supervisão da PREVIC Superintendência Nacional de Previdência Complementar), estão obrigadas a prestarem;



- Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral da qual a Prece Previdência seja parte ou intervenha;
- **Proteção de crédito** nas operações com participantes contratadas (a exemplo da contratação de empréstimos pelos participantes e assistidos, quando aplicável), tendo em vista o dever fiduciário da Prece Previdência em atuar visando mitigações de riscos e em busca de alternativas para recuperação de eventuais perdas financeiras; e/ou
- Interesse Legítimo da Prece Previdência, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que incluem, mas não se limitam: ao apoio e promoção de atividades da Prece Previdência e proteção com relação ao Titular, do exercício regular de seus direitos ou prestação de serviços que o beneficiem, respeitadas as legítimas expectativas dele e os direitos e liberdades fundamentais.

Considerando a finalidade institucional da Prece Previdência e a autorização da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais para que o Tratamento de Dados Pessoais seja realizado com base nas Hipóteses Legais descritas acima, a Prece Previdência, na maioria das suas atividades, não necessita do consentimento do Titular dos Dados Pessoais. Contudo, caso haja necessidade, os Dados Pessoais somente serão tratados quando o Titular, previamente informado sobre as finalidades do Tratamento, fornecer **consentimento**, nos termos da legislação aplicável.

Colaboradores, Membros da Diretoria e Conselhos e Prepostos

A Prece Previdência realiza o Tratamento de Dados Pessoais de seus colaboradores, dirigentes, membros da Diretoria e Conselhos e prepostos, tais como: nome, CPF, filiação, título de eleitor, escolaridade, idade, e-mail, endereço, telefone, foto, dados bancários, comprovação de certificação, cópia da documentação dos dependentes, dados bancários, declaração de encargos de família para fins do imposto de renda, que contém os dados cadastrais como nome, CPF, empregador, data de admissão, plano de benefícios cadastrado, atestados médicos, além de dados dos dependentes como nome, data de nascimento e tipo de dependência.

Nesta hipótese, o Tratamento de Dados Pessoais estará diretamente relacionado à seleção e contratação desses profissionais para exercício de suas atividades na Prece Previdência e para a execução dos contratos de trabalho, para habilitação dos membros dos órgãos estatutários, bem como para cumprimento de obrigações legais e regulatórias, inclusive previdenciárias, trabalhistas e tributárias, exercício regular de direitos e/ou interesse legítimo da Prece Previdência, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.



Representantes dos prestadores de serviços e acesso às dependências da Prece Previdência

Para o cumprimento de suas obrigações institucionais, a Prece Previdência realiza contratação de prestadores de serviços de diversas categorias. Neste sentido, necessita realizar o Tratamento dos Dados Pessoais dos representantes ou colaboradores destes prestadores de serviços para fins, por exemplo, de cadastro e pagamento.

De igual modo, a Prece Previdência solicita Dados Pessoais das pessoas físicas que necessitem ter acesso às suas dependências, objetivando garantir a segurança dos colaboradores e do patrimônio da entidade.

Nestas hipóteses é realizado o Tratamento de Dados Pessoais como: nome, CPF, RG, filiação, idade, estado civil, endereço, número de telefone e endereço de e-mail.

3. Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis e de Crianças e Adolescentes

O Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis, em especial, relacionados à saúde do participante ou assistido será realizado com o consentimento do Titular para a finalidade específica e previamente informada ao Titular e de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Dados biométricos, como biometria facial e/ou digital também poderão ser tratados com o objetivo de identificar e/ou autenticar o acesso em sistemas eletrônicos próprios ou de terceiros, visando segurança e combate a fraudes.

No Tratamento de Dados Pessoais de crianças e adolescentes, na qualidade de beneficiários dos participantes ou dependentes dos colaboradores, a Prece Previdência adota os cuidados específicos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, assegurando e preservando o melhor interesse do menor, sendo o consentimento, a contratação e a autorização para Tratamento fornecidos pelos pais ou responsáveis legais.

4. Compartilhamento de Dados Pessoais

A Prece Previdência, para melhor fruição dos serviços oferecidos e somente no limite do necessário, poderá compartilhar os Dados Pessoais tratados com prestadores de serviços, a exemplo, de consultores atuariais, prestadores de serviços administrativos, escritórios de advocacia, dentre outros, que auxiliem nas atividades de administração de seus planos previdenciários e outros serviços especializados.

Nesta hipótese, a Prece Previdência adota todas as medidas contratuais e operacionais necessárias e exige que esses terceiros mantenham a segurança e confidencialidade das informações e utilizem os Dados Pessoais partilhados de maneira consistente, de acordo



com os propósitos para os quais foram coletados, em observância à legislação de proteção de dados.

Poderá, ainda, ocorrer o compartilhamento de Dados Pessoais com o patrocinador dos planos de benefícios operados pela Prece Previdência. Neste cenário, a transmissão de Dados Pessoais para as áreas técnicas do patrocinador ocorre visando a diminuição de custos e melhor atendimento aos interesses de participantes e assistidos da Prece Previdência.

Autoridades e órgãos reguladores

A Prece Previdência poderá compartilhar os Dados Pessoais quando necessário em decorrência de obrigação legal, determinação de autoridade competente ou decisão judicial, sendo certo que notificará os Titulares sobre a solicitação.

O compartilhamento com as autoridades e órgãos reguladores poderá ter como objetivo o auxílio em investigações e medidas de prevenção e combate a ilícitos, o exercício regular de direitos da Prece Previdência ou o cumprimento de obrigação legal ou regulatória.

Em todas as previsões, há o comprometimento de revelação somente das informações e Dados Pessoais estritamente necessários, limitando-se ao mínimo exigido.

Transferência Internacional

O cumprimento de obrigações legais, regulatórias ou contratuais poderá ensejar transferência internacional de Dados Pessoais, situação em que serão implementadas as medidas necessárias e adequadas para proteção dos Dados Pessoais objeto de transferência internacional, em observância às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que incluem mas não se limitam a previsão contratual de padrões adequados de proteção de dados.

5. <u>Direitos do Titular de Dados Pessoais</u>

Os Titulares de Dados Pessoais que estabeleçam relação com a Prece Previdência, na condição de participantes, assistidos, beneficiários, colaboradores, membros do Conselho e Diretoria e Usuários do Portal e Aplicativo Prece ou seus representantes legalmente constituídos, a qualquer tempo, poderão solicitar mediante requerimento expresso:

- Confirmação sobre a existência do Tratamento e acesso aos Dados Pessoais tratados pela Prece Previdência;
- Correção dos Dados Pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados;



- Anonimização, bloqueio ou eliminação de Dados Pessoais, com exceção dos Dados Pessoais que sejam indispensáveis à execução das atividades pelo Prece Previdência ou ao cumprimento de obrigações legais a que o responsável pelo Tratamento esteja sujeito;
- Portabilidade dos Dados Pessoais a outro fornecedor de serviços ou produtos, quando couber e somente na forma regulamentada pela Autoridade nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- Informações sobre com quais organizações os Dados Pessoais foram compartilhados; e/ou
- Revogação do consentimento nos casos em que o Tratamento estiver fundado apenas no consentimento e não for indispensável ao cumprimento de obrigações contratuais, legais e regulatórias pela Prece Previdência.

Dentro do prazo legal, a Prece Previdência providenciará o requerido ou, na sua impossibilidade, notificará o Titular de Dados Pessoais indicando as razões de fato ou de direito que impedem a adoção imediata da providência.

Ainda, se o Titular acreditar que alguma finalidade específica de Tratamento impacta seus direitos de maneira negativa, poderá apresentar à Prece Previdência uma oposição ao Tratamento de seus Dados Pessoais informando a finalidade que entende excessiva. A Prece Previdência buscará demonstrar que tem motivos legítimos para realizar o Tratamento dos Dados Pessoais, dando ao Titular ampla informação sobre as nossas motivações para manter o Tratamento dos Dados Pessoais.

Os direitos acima expostos poderão ser exercidos por meio físico ou eletrônico, a critério exclusivo do Titular de Dados Pessoais, por meio do contato indicado ao fim desta Política.

O Titular possui o direito de entrar em contato e/ou peticionar à Autoridade Nacional de Proteção de Dados para apresentar uma reclamação contra as práticas de proteção de dados e privacidade da Prece Previdência. Contudo, pede-se ao Titular que não hesite em entrar em contato com a Prece Previdência, para exercício de quaisquer direitos listados acima, antes de apresentar qualquer reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

6. Segurança dos Dados Pessoais

Todos os Dados Pessoais são guardados na base de dados da Prece Previdência, em conformidade com as diretrizes e a legislação aplicável de proteção de dados vigente, observando-se sempre os mais elevados princípios éticos e legais. A Prece Previdência se cerca de procedimentos de segurança para proteger a confidencialidade, segurança



e integridade dos Dados Pessoais, prevenindo a ocorrência de eventuais danos em virtude do Tratamento.

O acesso aos Dados Pessoais é restrito apenas àqueles colaboradores da Prece Previdência que efetivamente tenham necessidade de conhecê-los para o cumprimento de suas obrigações e no limite necessário ao Tratamento. A Prece Previdência garante que os colaboradores que tenham, ou possam ter, acesso aos Dados Pessoais possuem treinamento adequado sobre suas responsabilidades e que declarem por escrito que irão cumprir todas as obrigações de confidencialidade.

Responsabilidades e notificação em caso de Incidente de Segurança

Em caso de ocorrência de Incidente de Segurança, que possa acarretar risco ou dano relevante, a Prece Previdência se encarregará de comunicar aos Titulares dos Dados Pessoais afetados, dentro do prazo legal. A comunicação do Incidente de Segurança também será dirigida à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, que verificará a gravidade e, caso seja necessário para a salvaguarda dos direitos dos Titulares, determinará a adoção das providências cabíveis.

7. Término do Tratamento e Eliminação dos Dados Pessoais

A Política da Prece Previdência se baseia no Tratamento dos Dados Pessoais enquanto necessário para as finalidades informadas ao Titular dos Dados Pessoais, bem como para o cumprimento adequado das obrigações contratuais, legais e regulatórias às quais está sujeita, observando os prazos prescricionais aplicáveis.

Finalizado o Tratamento e inexistindo finalidade que autorize a retenção, a Prece Previdência realizará a eliminação dos Dados Pessoais, que ocorrerá nas seguintes situações:

- Término do Tratamento dos Dados Pessoais;
- Ausência de Hipótese Legal para Tratamento;
- A pedido do Titular, no exercício do seu direito de revogação do consentimento para Tratamento dos Dados Pessoais;
- A pedido do Titular, quando pleitear seu direito de eliminação de Dados Pessoais excessivos;
- Finalizado o tempo de guarda para fins de cumprimento de obrigação legal ou regulatória; e/ou
- Mediante solicitação ou determinação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Nas hipóteses de eliminação de Dados Pessoais previstos nesta Política, todo registro em meios físicos, eletrônicos ou digitais serão excluídos com segurança e eficiência, em



conformidade com os procedimentos da Prece Previdência e estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

8. Portal e Aplicativo Prece Previdência

O Portal Aplicativo Prece são importantes canais de informações e de serviços eletrônicos relacionados com a participação em planos de previdência complementar oferecidos pela Prece Previdência.

Os serviços online disponibilizados pela Prece Previdência estarão automaticamente sujeitos à Política de Privacidade, vigente à época de sua utilização. Para mais informações sobre a navegação no Portal e Aplicativo Prece, acesse os Termos de Uso da Prece Previdência.

Durante a utilização do Portal e Aplicativo Prece, poderão ser coletados dois tipos de informações:

- Dados Pessoais informados espontaneamente pelo próprio Titular (tais como nome, endereço, CPF, RG, telefone, endereços de e-mail, entre outros); e
- Informações de navegação automáticas, tais como endereço IP (Protocolo da Internet), data e hora de acesso, ID's ou identificadores únicos de aparelhos, característica do aparelho utilizado, informações sobre conexão, coletados através de cookies e outras tecnologias.

Área do Participante

Dentro do Portal e Aplicativo Prece, participantes, assistidos podem acessar a Área do Participante, que conta com instrumentos de controle e acompanhamento dos planos de previdência da Prece Previdência.

Para acesso à área restrita - Área do Participante - é necessário cadastro e autenticação mediante login e senha única e pessoal. Durante a utilização da Área do Participante, poderão ser colhidos informações e Dados Pessoais dos participantes e assistidos que viabilizam os serviços digitais oferecidos que incluem, por exemplo:

- Dados Pessoais cadastrais (tais como, nome, endereço, CPF, RG, CNH, endereço, telefone, e-mail, profissão, estado civil, data de nascimento, filiação, sexo, situação profissional, dentre outros);
- Dados sobre o plano de previdência (tais como, nome do plano de previdência, data de admissão, saldo do plano, movimentações, rentabilidade, dentre outros); e
- Informações de navegação automáticas, incluindo número de IP, data e hora de conexão à Área do Participante, ID's ou identificadores únicos de aparelhos,



característica do aparelho utilizado, informações sobre conexão e estatísticas sobre visualização da página, coletados através de cookies e outras tecnologias.

Cookies e outras tecnologias de coleta

Cookies são pequenos arquivos ou pacotes de que podem ou não ser adicionados ao navegador do dispositivo utilizado pelo Usuário ao acesso de sites e aplicativos. Estes arquivos armazenam e reconhecem dados dos dispositivos e de navegação, como forma de garantir o correto funcionamento dos sites e aplicativos e aprimorar a experiência nos canais digitais da Prece Previdência, sendo que o Usuário concorda com esta utilização ao aceitar esta Política.

Os cookies e as tecnologias de coleta podem ser desativados ou excluídos pelos Usuários nas configurações do navegador e nas configurações do sistema operacional do dispositivo utilizado para acessar à Internet. Exceção aos cookies de funcionamento que, se desativados, impedem o uso de sites e aplicativos. O Usuário, a depender do sistema operacional utilizado, poderá ainda autorizar ou cancelar o acesso da Prece Previdência a determinadas informações.

Outras tecnologias poderão ser utilizadas para a obtenção de dados de navegação do Usuário. No entanto, respeitarão sempre os termos desta Política e as opções do Usuário a respeito de sua coleta e armazenamento, sendo que o Usuário será informado previamente em caso de quaisquer alterações. De igual modo, caso outras informações que não as listadas anteriormente passem a ser coletadas, o Usuário será previamente informado.

A Prece Previdência ainda não utiliza ou mantém nas redes sociais alguns perfis, como no "Facebook', "Instagram", "Linkedin" e outros, os quais possuem suas próprias Políticas de Privacidade e Políticas de cookies. No entanto, caso passe a utilizar, recomendamos que os Usuários analisem as políticas específicas dessas páginas, que são públicas e independentes da Prece Previdência.

Tratamento das informações e Dados Pessoais no Portal e Aplicativo Prece

As informações e Dados Pessoais coletados no Portal e Aplicativo Prece são tratados em obediência aos princípios aplicáveis à proteção de dados e de forma transparente, ética e responsável.

Os direitos dos Usuários do Portal e Aplicativo Prece, na qualidade de Titulares de Dados Pessoais, bem como a forma como os Dados Pessoais podem ser compartilhados, estão dispostos nesta Política.

As informações e os Dados Pessoais, colhidos automaticamente durante a utilização do Portal e Aplicativo Prece, somente serão utilizados com o consentimento do Usuário



para oferecer, manter, proteger e aprimorar as funcionalidades disponibilizadas, como por exemplo:

- Desenvolver, manter e aperfeiçoar os recursos e funcionalidades do Portal e Aplicativo Prece;
- Possibilitar o acesso e o uso dos recursos disponibilizado no Portal e Aplicativo Prece;
- Analisar o desempenho do Portal e Aplicativo Prece e verificar os hábitos de navegação dos Usuários;
- Analisar os recursos de segurança do Portal e Aplicativo Prece, com o desenvolvimento de ferramentas antifraude, bem como meios de identificação de uso impróprio ou ilícitos;
- Melhorar as experiências de navegação dos Usuários;
- Identificar os perfis, hábitos e necessidades dos Usuários a fim de proporcionar-lhe acesso mais rápido, agradável e eficaz;
- Apurar informações estatísticas;
- Autenticar o acesso dos Usuários à Área do Participante;
- Manter os Usuários informados sobre os serviços da Prece Previdência, alterações nos Termos de Uso ou nesta Política, atualizações ou melhorias no Portal e Aplicativo Prece;
- Auxiliar e obter respostas mais céleres e eficientes às dúvidas de Usuários e atender às solicitações sobre o plano de previdência; e
- Enviar e-mails, notificações ou outros comunicados e anúncios sobre os serviços do plano de previdência oferecido pela Prece Previdência, incluindo boletins informativos, mensagens sobre seus recursos, ofertas especiais, promoções e pesquisas.

Os Usuários poderão descredenciar o recebimento de comunicados e pesquisas através da opção "opt out". Comunicados que forem considerados essenciais, tais como aqueles sobre o uso da área restrita, não poderão ser desativados pelos Usuários da Área do Participante.

Segurança

É importante que os Usuários tenham ciência de que pela própria natureza e características técnicas da internet, a Prece Previdência não consegue garantir a segurança das informações e Dados Pessoais na utilização da Área do Participante, havendo sempre o risco de que terceiros não autorizados consigam, de alguma forma, informações sobre os dados dos Usuários, inclusive Dados Pessoais.

Se o Usuário compartilhar ou permitir que terceiros tenham acesso a sua conta na Área do Participante, estes poderão obter Dados Pessoais, conteúdos, dentre outras



informações. Da mesma forma, se o Usuário se conectar à Área do Participante por meio de computadores, smartphones, tablets outras ferramentas públicas, de terceiros e/ou não confiáveis, sugere-se que sejam desativados os mecanismos que o mantem conectados automaticamente à conta para evitar que terceiros tenham acesso.

Recomenda-se que, sempre ao finalizar o acesso à Área do Participante, o Usuário faça o log out na sua conta. Se o Usuário preferir, poderá modificar as configurações em sua conta, desativando a ferramenta "mantenha-me conectado".

9. Mais Informações

Na ocorrência de dúvidas, preocupações ou reclamações relacionadas a essa Política, bem como caso os Titulares de Dados Pessoais desejem exercer seus direitos descritos neste documento, a Prece Previdência se coloca à disposição para esclarecimentos através de seu Encarregado de Proteção de Dados – DPO ou através dos endereços para correspondência e e-mails para contato abaixo descritos:

• DPO

Encarregado (a): Mariana Guimarães Alves Pedro – Assessora de Riscos e Controles E-mail: DPO@prece.com.br

• Prece – Previdência Complementar

Rua Pref. Olímpio de Melo, nº 1676 Benfica, Rio de Janeiro – RJ

CEP: 20930-005

10. Alterações na Política de Privacidade

A Prece Previdência se reserva o direito de modificar esta Política de Privacidade ou quaisquer termos adicionais que sejam aplicáveis a um serviço para refletir alterações na legislação ou mudanças nos próprios serviços, sendo recomendável que a consulta periódica.